
É mais que preconceito! Dimensões da opressão de gênero no esporte a partir da análise do Podcast das Marias¹

Ana Carolina VIMIEIRO²
Alice Vitória Queiroz CLEMENTINO³
André Quintão da SILVA⁴
Giovana Maldini Souza do CARMO⁵
Guilherme Pedrosa QUINTELA⁶
Luiz Eduardo de CARVALHO ALVES⁷
Maria Carolina Gonçalves Martins de ANDRADE⁸
Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

Este artigo analisa o Podcast das Marias — projeto liderado por torcedoras cruzeirenses desde 2018 — buscando compreender como essas mulheres torcedoras/produtoras de mídia dão a ver em suas narrativas um conjunto de opressões que atravessam as suas experiências com o esporte. Partimos aqui das matrizes de dominação propostas por Patricia Hill Collins em *Black Feminist Thought* (2000), para compreender como as dimensões estrutural, disciplinar, hegemônica e interpessoal atuam juntas e constituem de forma complexa as relações de poder permeando as questões de gênero no esporte. Este trabalho é um primeiro esforço analítico de um projeto que visa analisar de forma sistêmica a invisibilidade das mulheres na mídia esportiva.

Palavras-chave: Mulheres; Mídia Esportiva; Gênero; Torcedoras; Jornalistas Esportivas.

Introdução

As relações de gênero que constituem a presença de mulheres no esporte vêm sendo estudadas a partir de diferentes recortes no Brasil e internacionalmente. Por exemplo, temos a presença forte no Brasil de estudos historiográficos que buscam compreender sob quais condições se dá a inserção de mulheres em diferentes modalidades ao longo do tempo (Franzini, 2005; Goellner, 2003, 2005a, 2005b; Santos, 2012; Amaro, 2018). Muitos desses estudos vão usar a mídia como fonte para suas análises, tentando compreender a partir das narrativas jornalísticas, sobretudo, as representações dominantes

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Esporte, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora do Departamento de Comunicação Social (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da UFMG, email: anacarolsco@gmail.com

³ Aluna do curso de Jornalismo da UFMG, email: alice.vitoriaqueiroz@gmail.com

⁴ Mestrando em Comunicação pelo PPGCOM da UFMG, email: andreqwntao@gmail.com

⁵ Aluna do curso de Jornalismo da UFMG, email: maldini.giovana@gmail.com

⁶ Mestrando em Comunicação pelo PPGCOM da PUC Minas, email: guilh.pedros@gmail.com

⁷ Mestre em Estudos Culturais Contemporâneos pela Fundação Mineira de Educação e Cultura – FUMEC, e-mail: luizedu_alves@yahoo.com.br

⁸ Aluna do curso de Jornalismo da UFMG, email: carolinagamartins@gmail.com

e os entendimentos vigentes que regulam a presença dessas mulheres no campo esportivo.

No âmbito dos estudos de torcedoras e práticas torcedoras, também temos alguns trabalhos que vão abordar as questões de gênero que atravessam as torcedoras comuns e as torcedoras organizadas e o estar no estádio de mulheres (Costa, 2007; Moraes, 2017; Nascimento, 2020). Esses estudos, que são uma minoria entre os estudos sobre agrupamentos torcedores e práticas torcedoras, têm dado importantes passos num diálogo mais próximo com os estudos de gênero.

Por fim, são relativamente numerosos os estudos que analisam os discursos e representações presentes na mídia de atletas mulheres de diferentes modalidades (Bernstein, 2002; Kian, Bernstein & McGuire, 2013; Creedon, 1994; Cooky, Messner & Hextrum, 2013; Costa, 2019; Fogliato & Marques, 2019; Carlos & Marques, 2018; Cafeo, Bueno & Marques, 2018). Esses demonstram, por exemplo, que mulheres que se dedicam a modalidades historicamente conformadas por uma certa masculinidade heteronormativa, como o futebol, têm sua sexualidade colocada em xeque ou são sexualizadas na mídia e que mulheres são frequentemente infantilizadas, ao serem chamadas, por exemplo, de “meninas” (Cafeo, Bueno & Marques, 2018).

Esse artigo é a primeira análise empírica decorrente de um projeto que busca preencher algumas lacunas nessa área. Primeiro, são raros os trabalhos desenvolvidos na área de Comunicação em interface com o esporte que focam nas questões de gênero. Alguns desses trabalhos mencionados acima, ainda que possam dialogar com a Comunicação, não foram produzidos por pesquisadores da Comunicação ou exatamente a partir de um olhar comunicacional. Muitos que são da Comunicação, por outro lado, não dialogam exatamente com os estudos de gênero (Haraway, 2004), abordando desigualdades estruturais de forma pontual, como meramente preconceitos individuais. Nascimento (2020), por exemplo, identifica apenas três trabalhos (entre dissertações e teses) defendidos em programas de pós-graduação em Comunicação no Brasil sobre futebol que tiveram como foco questões de gênero. Esses estudos analisam: a audiência feminina de programas esportivos, a representação de atletas e jogadoras e discursos sobre o futebol feminino na mídia. Uma análise dos anais do GP em Comunicação e Esporte da Intercom dos últimos dez anos confirma os dados coletados pela pesquisadora. De 335 trabalhos aprovados para apresentação nesse período, apenas 25 focam em representações de atletas mulheres, cobertura de modalidades femininas e, com menor frequência,

participação de mulheres no noticiário esportivo. A maioria dos trabalhos é de 2014 em diante, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1

Ano	Total de trabalhos (GP Comunicação e Esporte)	Trabalhos sobre mulheres (GP Comunicação e Esporte)
2010	19	0
2011	24	1
2012	33	2
2013	25	1
2014	36	3
2015	50	4
2016	50	3
2017	37	4
2018	35	4
2019	26	3

Segundo, são raros os estudos que analisam a atuação de mulheres na mídia esportiva, seja a hegemônica ou a alternativa. Fiuza & Prado (2018) e Miranda & Silva (2017) analisam, respectivamente, o discurso proposto pelas apresentadoras e convidadas do programa Olhar espnW, veiculado pela emissora ESPN nos seus canais da TV fechada e voltado para o público feminino, e a participação das jornalistas Renata Fan e Michelle Giannella nos programas Jogo Aberto da TV Bandeirantes e Gazeta Esportiva da TV Gazeta. Outros trabalhos vão buscar recuperar historicamente a presença de mulheres na mídia esportiva brasileira. Dantas (2015), por exemplo, relembra nomes como Maria Helena Rangel, que era atleta de arremesso de disco e atuou como jornalista na Gazeta Esportiva, e Mary Zilda Grássia Sereno, pioneira do fotojornalismo e especialista na cobertura de partidas de futebol em São Paulo. Couto (2016) retoma o trabalho de Inah de Moraes e Florita Costa no carioca *Jornal dos Sports* na década de 1950. Mattos e Zuculoto (2017), por outro lado, abordam a participação de mulheres no radiojornalismo esportivo. Todos esses trabalhos fornecem indícios importantes para a compreensão de quais são as condições sob as quais as mulheres participam e participaram historicamente do jornalismo esportivo brasileiro. Entretanto, muitos deles são trabalhos desenvolvidos no âmbito da graduação e outros, já mais bem estruturados e desenvolvidos em programas de pós-graduação, como é o caso de Couto (2016), não focam exatamente nas jornalistas mulheres (elas fazem parte de historiografias mais amplas do jornalismo esportivo).

Nosso intuito principal, então, é compreender como a presença de mulheres na mídia esportiva é atravessada por um conjunto de opressões e resistências. Percebemos que existem mais trabalhos que analisam as representações de atletas e de modalidades femininas na mídia do que estudos que abordem a presença das mulheres como produtoras efetivamente de conteúdo esportivo. Entre os estudos que focam na mídia alternativa, pretendemos dar continuidade a estudos que viemos desenvolvendo nos últimos anos sobre projetos de produção de mídia de torcedores (Vimieiro, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018). Em pesquisa recente, percebemos a criação de várias iniciativas lideradas por mulheres nos últimos cinco anos no Brasil. Entre elas, o Podcast das Marias e o Grupacast, projetos liderados por torcedoras de futebol mineiras. Nesse artigo, apresentamos uma primeira análise do Podcast das Marias (2018-), olhando para essas mulheres tanto na posição de produtoras de mídia, ao romperem, por exemplo, com entendimentos arraigados de que mulheres não têm capacidade técnica para exercerem a função de comentaristas (Miranda & Silva, 2017), ao mesmo tempo que desafiam representações dominantes sobre torcedoras de futebol como a de embelezadoras de estádio e de marias-chuteira (Costa, 2007).

Partimos aqui das matrizes de dominação propostas por Patricia Hill Collins em *Black Feminist Thought* (2000) para compreender como nesses podcasts essas mulheres torcedoras/produtoras de mídia dão a ver um conjunto de opressões que atravessam as suas relações com o esporte. Collins (2000) propõe um conjunto de dimensões da opressão que atuam juntas e constituem de forma complexa as relações de poder permeando as questões de gênero. Essas dimensões formam o que ela chama de matriz de dominação, composta por diferentes domínios de poder: estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal. Como explica Collins (2000):

Cada domínio serve um objetivo particular. O domínio estrutural organiza a opressão, enquanto o domínio disciplinar gerencia ela. O domínio hegemônico justifica a opressão e o domínio interpessoal influencia a experiência cotidiana vivida e a consciência individual que se segue (p. 276).

Nesse artigo, a partir da transcrição de episódios do Podcast das Marias, buscamos mapear inicialmente as experiências narradas por essas mulheres e como elas dão indícios de como cada um desses domínios opera particularmente no âmbito do esporte. Na próxima seção, discutimos em mais detalhes cada um desses domínios, buscando aproximá-los de questões abordadas na literatura esportiva.

Dimensões da opressão de gênero no esporte

O domínio estrutural, diz Collins, engloba a forma como as instituições são organizadas para reproduzir a subordinação das mulheres, ao longo do tempo. Uma característica marcante desse domínio seria sua amplitude, com diversas instituições sociais atuando de forma interligada para reproduzir certas condições de opressão. O sistema legal, junto com o mercado de trabalho, com o sistema educacional, os bancos, o sistema midiático, entre outros, reproduzem de forma interligada a dominação de alguns sob os outros. O domínio disciplinar, Collins (2000) articula à discussão da vigilância e da regulação de Foucault. É nessa esfera que a burocracia das instituições, com suas práticas e seus rituais, governam os corpos das mulheres garantindo que estas obedeçam às hierarquias de poder através da adoção de comportamentos dóceis, ordenados e disciplinados. O domínio hegemônico é o ligado diretamente à Comunicação, pois lida com o simbólico, com as ideologias e as disputas pela hegemonia. É através daquilo que podemos chamar de uma dominância por convencimento que o poder hegemônico opera, justificando opressões e convencendo inclusive o oprimido de que o sistema atua para o bem de todos. Por fim, o domínio interpessoal também está ligado a uma noção mais microfísica de poder, abarcando a forma como nós regulamos a conduta uns dos outros através de práticas rotinizadas e cotidianas de opressão. É o poder entranhando as relações pessoais, através de tratamentos injustos e formas de dominação opacas, que dificultam inclusive as táticas que usamos para resisti-las.

Ao analisar como as relações de gênero constituem particularmente o estar no estádio de torcedoras paraenses, Nascimento (2020) evidencia que as desigualdades de gênero são reforçadas de forma institucional a partir da própria estrutura do estádio, no caso o Mangueirão, onde há uma escassez de banheiros femininos e os que existem possuem condições precárias de uso. Além disso, a polícia também atua no domínio estrutural, particularmente reproduzindo certas condições de opressão de forma interseccional: as torcedoras pertencentes a torcidas organizadas, que carregam consigo em geral marcadores de classe e raça, são as que mais relataram episódios de violência e abuso policial entre as mulheres entrevistadas para a pesquisa.

O que vemos no caso das torcedoras pode ser estendido para o âmbito esportivo como um todo, onde as desigualdades estão assentadas num sistema amplo em que certas condições de opressão foram reforçadas ao longo do tempo por diferentes instituições.

Um dos dispositivos legais mais citado na literatura é o Decreto-Lei nº 3199, do então Conselho Nacional dos Desportos, de 14 de abril de 1941, que oficializou a interdição das mulheres a algumas práticas esportivas, tais como as lutas, o boxe, o salto com vara, o salto triplo, o decatlo, o pentatlo, entre outras. Essas proibições estavam ligadas ao domínio hegemônico e a uma série de representações e entendimentos sobre o corpo e as funções da mulher na sociedade que vigoravam na metade inicial do século XX. Mulheres praticando modalidades vistas como “violentas” atentavam contra a ideia de fragilidade que era associada à feminilidade. Mas o que era justificado no âmbito simbólico (domínio hegemônico), estava sustentado em um conjunto de instituições para além do sistema legal. Por exemplo, o Decreto-Lei foi defendido pela Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde, através de sua Subdivisão de Medicina Especializada, depois que um cidadão comum (um homem) escreveu uma carta ao então presidente Getúlio Vargas escandalizado com a adesão de “centenas de moças” ao futebol (Franzini, 2005). A carta recebeu parecer favorável de Paulo Frederico de Figueirêdo Araújo, da então Subdivisão de Medicina Especializada, que recorria à “interminável bibliografia sobre assuntos referentes à educação física e desportos” que eram “unânicos em profligar o jogo do ‘velho esporte bretão’ pelas mulheres, por acarretar traumatismos que podem afetar departamentos do organismo feminino especialmente delicados e de importância vital” (Franzini, 2005, p. 320).

Nos detemos aqui a explorar em mais detalhes o domínio estrutural porque grande parte da literatura que analisa, sobretudo, a presença das mulheres no jornalismo esportivo muitas vezes parece acreditar que as desigualdades são fruto apenas do “preconceito” e que se acabarmos com ele as mulheres ocuparão mais do que os 10% atuais nas redações esportivas (Coelho, 2003; Dantas, 2015; Stycer, 2009). Como destaca Collins, a opressão das mulheres, ainda que bastante atrelada ao domínio hegemônico e às imagens de controle que condicionam a vida das mulheres, é suportada por um sistema de dominação que inclui outros domínios. O problema é também estrutural e advém de uma relação histórica entre mulheres e esportes em que o engajamento com as práticas esportivas foi dificultado ou totalmente impossibilitado por barreiras institucionais, como aquelas adotadas pelo sistema legal e de saúde. Chama a atenção também neste caso a importância do sistema educacional. Como nos conta Goellner (2005), “não é raro, ainda hoje, encontrar nas escolas de primeiro e segundo graus disparidades relevantes no que se refere ao acesso de meninas e meninos nas atividades físicas realizadas nas aulas de educação

física e/ou no âmbito do esporte educativo” (p. 96). Se as mulheres têm empecilhos e dificuldades em vivenciar experiências esportivas desde o início da vida, como esse campo pode ser visto como campo a ser ocupado por mulheres? Sejam elas atletas, torcedoras ou jornalistas esportivas.

Se é o domínio estrutural que muitas vezes vai manter as mulheres distantes das instituições esportivas e do campo esportivo, uma vez que elas adentram tais instituições é a burocracia e a vigilância que as manterá controladas e disciplinadas. É o domínio disciplinar o responsável pelo gerenciamento das relações de opressão, através do controle e da regulação dos corpos das mulheres. No caso do esporte, trabalhos historiográficos diversos nos indicam várias estratégias de regulação empregadas para lidar com aquelas que ousaram adentrar o campo esportivo. Schpun (1997), por exemplo, descreve o papel que a ginástica tinha nos anos 1920 entre as oligarquias de São Paulo. O processo de urbanização, o higienismo e a eugenia dominantes à época estavam ligados a um incentivo ao cultivo do corpo e a uma nova forma de ocupar o espaço público. Ainda que homens e mulheres não tivessem acesso igualitário às práticas e espaços de sociabilidade e lazer que emergiam (assim como eram diferentes os acessos de mulheres de classes abastadas e brancas e de mulheres negras e periféricas), as mulheres, sobretudo as brancas e das oligarquias que migravam para a cidade, passam a vivenciar um tipo de vida pública que implica um trabalho sobre o corpo para adaptá-lo às novas exigências da modernidade brasileira. Nesse cenário, se aos homens são recomendados os esportes de competição, às mulheres são a ginástica, o hipismo e o tênis. O caso da ginástica é bastante elucidador para compreender como o domínio disciplinar atuava no início do século XX. Como afirma Schpun (1997),

Para as mulheres, ainda que outras atividades sejam possíveis, a ginástica será sempre indicada: monótona, repetitiva, contrária à espontaneidade, controladora das ‘tendências corporais e psíquicas’, ela apresenta vantagens significativas. Pois sendo uma prática individual, que não exige obrigatoriamente equipamentos especiais, grandes espaços, ou a companhia de outros praticantes, ela permite que as mulheres se exercitem em casa, sem se afastarem do lar, conciliando obrigações domésticas e forma física (ps. 48-49).

No caso de torcedoras, algumas pesquisas indicam, por exemplo, que muitas torcidas organizadas têm incentivado a participação feminina, com a criação de ramificações dedicadas às mulheres, como o Pelotão Feminino da Jovem Fla ou a Galoucura Feminina. Porém, como Teixeira (2003) explica, muitas vezes o incentivo se dá em função do interesse das torcidas tradicionais em mudar suas imagens. Fica “bonito

na fita” e ajuda a descriminalizar tais agrupamentos. Inserção que se transforma mais em concessão. A forma como se dá a participação é inclusive muitas vezes controlada. Só se pode ir até onde os homens autorizam. Dentro das torcidas organizadas, há relatos de que mulheres não podem tremular bandeiras ou tocarem nas baterias, atividades reservadas aos homens (Moraes, 2017). Outros relatos demonstram que torcedoras muitas vezes vão concentrar esforços nas ações sociais das torcidas, com presença reduzida em outras atividades (Nascimento, 2000).

No caso das jornalistas esportivas, como afirmado acima, mulheres têm assumido mais postos, mas sobretudo como repórteres de campo ou apresentadoras (Fiuza & Prado, 2018; Miranda & Silva, 2017). Raramente se vê mulheres narradoras ou comentaristas. Além disso, Coelho (2003) indica que muitas vezes, ainda que vejamos mulheres na área esportiva, elas são, entretanto, encaminhadas para as editorias de esportes olímpicos. “É mais fácil demonstrar conhecimento sobre vôlei, basquete e tênis do que sobre futebol e automobilismo. Territórios onde o machismo ainda impera” (Coelho, 2003, p. 35).

Os dois últimos domínios de poder são o hegemônico e o interpessoal. O hegemônico é certamente o domínio mais explorado nos estudos sobre mulheres, mídia e esportes, já que lida com a dimensão do simbólico. Como afirma Collins, o domínio hegemônico (aqui em diálogo com a noção de hegemonia de Gramsci) lida com ideologia, cultura e consciência. Como afirmado acima, ele é responsável por justificar as práticas de outros domínios de poder. Fundamentalmente, o domínio hegemônico tem a ver com a forma como os grupos criam e mantêm um sistema de ideias do senso comum que dão suporte ao direito deles de liderarem a sociedade. Nesse sentido, o poder hegemônico é exercido na escola, na igreja, na família e em muitos outros lugares. Mas é a mídia que ganha centralidade para essa dimensão, na medida em que é a grande responsável pela circulação amplificada de ideias, imagens, símbolos e ideologias.

A literatura indica algumas representações dominantes sobre torcedoras de futebol. Costa (2007), por exemplo, afirma que as mulheres torcedoras são frequentemente rotuladas de embelezadoras de estádio e de marias-chuteira (Costa, 2007) ou ainda, acrescentamos, de “torcedoras modinha”. O rótulo de embelezadoras de estádio não é de hoje. Como diz Costa (2007), “nas primeiras décadas do século XX, a presença de senhoritas da alta sociedade contribuiu muito para dar uma atmosfera fidalga ao esporte bretão associando-o à elegância, tranqüilidade e beleza tornando-o, portanto, um esporte apropriado para as famílias mais abastadas”. A presença de mulheres foi

fundamental de alguma forma para transformar o futebol em evento digno de atenção das elites. O de maria-chuteira parece remeter à antiga linhagem inaugurada por Eva: aquela de mulheres sedutoras que desviam o homem do caminho da virtude (Costa, 2007). Nesse caso, o interesse das mulheres não seria no futebol, mas nos jogadores, ou melhor, no dinheiro e fama dos atletas. A de modinhas talvez seja mais recente, fruto das mudanças no perfil do público nos estádios brasileiros e da retransformação do futebol em, novamente, evento social digno de atenção das classes médias altas urbanas. Essas vão para o estádio como iriam para uma “balada” e, como afirma Costa (2007), parecem fortalecer a oposição criada entre as esferas do ver e do torcer, sendo o primeiro representado pelo contato superficial e baseado primordialmente no impacto da imagem e o segundo se configura como o ato autêntico, do ser-que-torce por paixão pelo clube e interesse legítimo no jogo. Para muitos, mulheres não torcem (e não têm interesse efetivamente no jogo). Mulheres veem futebol.

Há ainda a representação mais maternal das torcedoras-símbolo de clubes brasileiros. Caso, por exemplo, em Belo Horizonte, da Vovó do Galo, da Dona Zuzu (torcedora do América) e da Salomé do Cruzeiro. Bandeira e Seffner (2018) falam também que no discurso da imprensa está muito presente a ideia de que as torcedoras são mulheres perfumadas, silenciosas e civilizadas. A presença delas seria um fator de mudança de comportamento dos homens com a diminuição do uso de palavrões e da violência nos estádios. Nascimento (2020) descreve algumas situações que vivenciou na pesquisa de campo em que as mulheres atuavam como apaziguadoras, mediadoras de conflitos nas arquibancadas. Costa (2007) e Stahlberg (2009) falam também da imagem da mulher masculinizada, presente em algumas representações da mídia sobre torcedoras de futebol.

Sobre as jornalistas esportivas, Miranda & Silva (2017) retomam o programa *Belas na Rede* da RedeTV! que foi ao ar de 2010 a 2012. O programa, no estilo mesa redonda, era composto unicamente por mulheres, mas reafirmava o estereótipo da mulher que se interessa por futebol em virtude da beleza dos jogadores: esse era o principal foco das reportagens. Miranda & Silva (2017) também retomam o quadro *Bolsa Redonda*, apresentado no Programa Esporte Espetacular da Rede Globo:

O elenco era composto pela jornalista e ex-atleta Glenda Kozloviski, a jornalista Fernanda Gentil, a atriz Cristine Fernandes e a escritora Thalita Rebouças. Logo na estreia foi possível perceber uma reafirmação do estereótipo de que mulher não entende de futebol. O programa ficava concentrado em assuntos relacionados ao visual dos jogadores e não focava

nas partidas em si. Além disso, todas as mulheres chegavam com suas "bolsas" para a roda de conversa (Miranda & Silva, 2017, p. 7).

Já Fiuza e Prado (2018) descrevem como o programa *Olhar espnW* foca frequentemente em pautas de comportamento e nas histórias de vida de atletas e ex-atletas, o que parece pressupor que o interesse do público feminino seria naquilo que acontece extra campo, ou fora das competições. Novamente, o interesse das mulheres não seria exatamente o esporte. Apesar das inovações do programa, sobretudo por afirmar o lugar da mulher como protagonista do mundo esportivo, buscando não só falar para elas, mas apresentando mulheres falando para mulheres, reafirma algumas representações dominantes, como aquela de que a maternidade é assunto obrigatório, o que sugere um entendimento de que as diferenças biológicas, tratadas de forma essencializada, são a base para definir o que é pertinente num programa feminino.

Ainda sobre as jornalistas esportivas, ao analisar a atuação de Renata Fan e Michelle Giannella, Miranda e Silva (2017) destacam que ambas estão dentro do padrão de beleza televisivo e adotam figurinos que buscam destacar tal beleza. Sobre Renata Fan, elas afirmam: “As roupas que não são esportivas parecendo vestidos de festa e saias justas, por exemplo, acabam reforçando o estereótipo da ‘mulher boneca’ dentro de uma mídia que já possui muitos elementos machistas e por vezes desvaloriza a imagem da mulher como profissional” (p. 11).

Por fim, cabe mencionar brevemente como o domínio interpessoal é também importante para compreendermos as desigualdades de gênero presentes no esporte e na mídia esportiva. Esse domínio, ao abarcar as relações e as práticas cotidianas, permite pensarmos em como alguns rituais reproduzem a opressão de gênero nesse campo. Mulheres que ouvem de outras pessoas que elas não deveriam ir ao estádio por não ser lugar pra elas. Ou escutam um “você parece homem” porque se interessam por esporte e acompanham alguma modalidade. Meninas que vêem seus irmãos e primos homens serem introduzidos nos rituais do torcer sem terem a oportunidade de experimentar quando crianças o estar no estádio ou ganhar de presente no aniversário a camisa do time do coração. Jornalistas mulheres que passam por situações naturalizadas de assédio e discriminação no dia-a-dia de suas profissões. Ou que se vêem impelidas a adotarem o estereótipo da “mulher boneca”, mencionado acima, para terem alguma chance no jornalismo esportivo. O domínio interpessoal destaca a importância da opressão cotidiana e de como esses encontros rotineiros com esse outro que nos regula acaba tendo efeitos

na subjetivação e na forma como as mulheres vêm certos espaços e papéis como adequados ou não para elas.

É preciso também ressaltar que assim como esses domínios atuam na reprodução das relações de opressão, eles também organizam de certa maneira a resistência. A presença dessas mulheres na mídia esportiva alternativa e hegemônica é certamente entrecortada por momentos em que as condições de dominação são questionadas e subvertidas, caso da campanha #DeixaElaTrabalhar, por exemplo. Cabe destacar no âmbito das torcedoras, como essas têm se reunido, sobretudo nos últimos cinco anos, em coletivos com atuação claramente política como o Movimento Toda Poderosa Corinthians, a Grupa (dedicadas ao Atlético-MG), o Unidas pelo CEC (Cruzeiro), e o VerDonnas (Palmeiras). Ainda, o Movimento Mulheres de Arquivancada já organizou três Encontros Nacionais de Mulheres de Arquivancada para discutir os problemas comuns que afligem mulheres torcedoras de diferentes lugares no país e pensarem juntas em soluções para eles.

A partir dessa matriz, procedemos então à análise dos podcasts buscando desvelar como eles dão a ver elementos da experiência dessas mulheres que nos permitem começar a especificar como se dá a conformação da opressão nessas diferentes dimensões. Nessa análise piloto, analisamos oito episódios (52 a 59), todos publicados em 2019.

Análise do Podcast das Marias

Dentro da estrutura de domínio estrutural, várias foram as falas direcionadas a como o futebol feminino é tratado em vários planos pelas entidades regentes da modalidade no país. Há constantes críticas à entidade máxima do futebol no Brasil, a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), quanto a horário de jogos, locais de partidas, formas de transmissão dos jogos. Embora o alvo maior tenha sido a CBF, o clube pelo qual exalam sua paixão, o Cruzeiro, não ficou de fora da onda de críticas. Criticou-se a pouca ou nenhuma relevância dada às jogadoras de futebol do Cruzeiro: “[Rafaela] Bom, pelo menos o Cruzeiro ignora as mulheres de todo jeito [risos]. É melhor ignorar do que...” [fazer campanhas de cunho sexualizado ou de objetificação de mulheres].

Nessas falas das produtoras do podcast, explicita-se a forma com a qual a opressão pelas jogadoras de futebol fica organizada. Por meio dos órgãos que regem e organizam o futebol em Minas Gerais e no Brasil, o futebol feminino é colocado em horários e estádios pouco usuais, que possuem pouco vínculo afetivo entre os torcedores e a equipe.

É feito quase uma súplica durante alguns episódios de que, quando o Cruzeiro disputasse as fases semifinais e finais do Campeonato Brasileiro A2, os jogos fossem realizados no Mineirão ou no Independência, principalmente por ser “um jogo importante, um jogo histórico” (Rafaela, ep. 52).

Dentro da perspectiva do domínio disciplinar de Collins (2000), as produtoras abordam questões como o porquê de a comunidade LGBT e as mulheres incomodarem tanto estando presente nos estádios de futebol (Rafaela, episódio 57). As respostas das mulheres vão para o caminho de que quem comanda o futebol quer manter seus privilégios, não querendo dividir a emoção do futebol com outros grupos, mantendo o poder que esses grupos já há tanto tempo possuem

É medo da gente. É medo da mulher que chega para torcer e entende de futebol. É medo de um homossexual entender de futebol e ele ter que conversar com essa pessoa. Ele não poder admitir que uma pessoa que é diferente dele também tem o mesmo conhecimento e tem o mesmo gosto (Luciana, episódio 57).

O poder disciplinar, como afirmamos acima, funciona como uma forma de gerenciar o domínio de um grupo sobre o outro. Dessa forma, são mencionadas a relação de algumas torcidas organizadas do Cruzeiro com o futebol feminino ou em questões voltadas a minorias sociais. De acordo com os podcasts, as maiores torcidas organizadas do clube não demonstram apoio frequente às jogadoras do clube. Poucas são aquelas que estendem faixas e incentivam seus membros a comparecerem aos jogos. Além disso, os gritos que são puxados por essas torcidas ainda insultam mulheres e LGBTs, principalmente quando se referindo ao grande rival, o Atlético.

A estrutura do poder hegemônico é a que justifica a opressão. Nesse contexto, aparecem conversas a respeito de como algumas campanhas lançadas por times de futebol utilizam a imagem de mulheres. Algumas delas, segundo fala das *podcasters*, “parecem vinheta daquele programa *sextime* do Multishow” (Rafaela, episódio 52), em alusão à campanha de lançamento do uniforme do Goiás⁹. Segundo as produtoras do Podcast das Marias, a campanha queria passar a imagem de que as mulheres estão presentes no meio do futebol apenas para satisfazerem as vontades dos homens, para serem a gata da rodada ou embelezarem o estádio e o esporte.

Ainda na dimensão hegemônica, em um episódio em que as mulheres cedem seu espaço e seu podcast para que homens torcedores de Cruzeiro e Atlético conversem sobre

⁹ <https://www.hypeness.com.br/2019/07/goias-aposta-em-objetificacao-da-mulher-para-divulgar-nova-camisa/>

machismo nos estádios, discute-se a relação da exaltação da masculinidade como um problema para os próprios homens. O domínio dos homens sobre as mulheres passa também por um entendimento de que os homens não podem se comportar de determinadas maneiras, uma vez que serão vistos como frágeis e vulneráveis, o que leva a uma quebra no padrão do “homem machão” (Lucas, episódio 59). Essa visão, esse comportamento, é colocado pelos debatedores do episódio 59 como uma das principais causas da violência contra mulheres, LGBTQs e outros grupos nos estádios. Dessa forma, a própria forma com a qual espera-se hegemonicamente que um homem se apresente (o que também se relaciona com o poder disciplinar) interfere na maneira que se dá a relação com as mulheres e outros grupos sociais, não somente no futebol, mas em outras áreas sociais.

Quanto ao poder interpessoal, o Podcast das Marias dá bastante ênfase à relação com outras torcedoras. Há a conexão com essas outras mulheres, que passam por situações semelhantes às *podcasters* quando estão a caminho do estádio ou já na arquibancada. Além disso, um caso relatado no episódio 57, envolvendo um casal homoafetivo de torcedores cruzeirenses que sofreu ataques no Twitter por estarem abraçados durante uma partida do Cruzeiro, aponta também para a forma como o poder interpessoal oprime grupos em práticas cotidianas e rotineiras, como ir ao estádio de futebol. Um ponto importante discutido é o de tentar diminuir as agressões sofridas por grupos oprimidos através da formação de grupos para frequentar o estádio conjuntamente.

Considerações finais

Esse trabalho faz parte de um projeto mais amplo que pretende compreender de forma sistêmica as opressões enfrentadas por mulheres no âmbito esportivo, com foco sobretudo em produtoras de conteúdo amador (torcedoras) e profissional (jornalistas). No caso dos projetos de mídia de torcedoras, percebemos um movimento duplo: de resistir às opressões que demarcam as experiências do torcer e do “falar” sobre esporte. Há um primeiro movimento questionador quando essas torcedoras se envolvem em tais projetos, movimento que vem seguido pela tematização das diferentes formas de opressão nas próprias narrativas dos podcasts. Destacamos aqui: na dimensão estrutural, o impacto que os locais e horários das partidas têm na visibilidade e popularidade do futebol feminino, tema que na trajetória do Podcast das Marias não tinha tanta visibilidade no início, mas que cresce em centralidade em 2019; na dimensão disciplinar, destaque para os cânticos

machistas e homofóbicos que regulam os corpos sobretudo de mulheres e LGBTs nos espaços de sociabilidade do esporte como o estádio; na dimensão hegemônica, é questionada campanha do Goiás que, na visão das “Marias”, passa a imagem de que as mulheres estão presentes no meio do futebol apenas para satisfazerem as vontades dos homens, embelezando o estádio e o esporte; e na dimensão interpessoal, percebemos certa empatia (ou sororidade) demonstrada pelas produtoras com outras torcedoras e torcedores que passam por experiências de assédio e agressão e uma das táticas frequentes adotadas para resistir: a formação de grupos que ocupam o estádio de forma coletiva.

Referências

Amaro, F. (2018). O “bom feminismo”: a mulher e os Jogos Olímpicos sob os olhares da imprensa carioca (1920-1935). In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville.

Bernstein, A. (2002). Is it time for a victory lap? Changes in the media coverage of women in sport. *International review for the sociology of sport*, 37(3-4), 415-428.

Cafeo, M. R. G.; Bueno, N. C.; Marques, J. C. (2018). Guerreiras e Meninas: as representações sociais das atletas Olímpicas no jornal *O Globo* na “Rio 2016”. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville.

Carlos, N. M. & Marques, J. C. (2018). A representação da mulher atleta paralímpica em três capas do jornal *O Globo*. In: 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville.

Collins, P. H. (2002). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.

Costa, L. M. (2007). O que é uma torcedora? Notas sobre a representação e auto-representação do público feminino de futebol. *Esporte e Sociedade*, 2(4), 1-31.

Costa, L. (2019). Marta versus Neymar. A “Guerra dos Sexos” nos Jogos Olímpicos 2016. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém.

Cooky, C., Messner, M. A., & Hextrum, R. H. (2013). Women play sport, but not on TV: A longitudinal study of televised news media. *Communication & Sport*, 1(3), 203-230.

Couto, A. A. G. (2016). CRONISTAS ESPORTIVOS EM CAMPO: LETRAS, IMPRENSA E CULTURA NO JORNAL DOS SPORTS (1950-1958). 346f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná.

Creedon, P. J. (Ed.). (1994). *Women, media and sport*. Sage

Dantas, M. A. (2015). Mulheres no jornalismo esportivo. 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Fiuza, N. S. & Prado, D. F. B. (2018). Mulher no telejornalismo esportivo: A construção de sentidos no programa *Olhar espnW*. In: VIII Encontro Nacional de Jovens Pesquisadores em Jornalismo (JPJOR), São Paulo.

Fogliatto, M. S. S. & Marques, J. C. (2019). A pista também é delas: Reflexões sobre o discurso produzido na página Globo Esporte sobre as skatistas. In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém.

Franzini, F. (2005). Futebol é "coisa para macho"?: Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*, 25(50), 315-328.

Goellner, S. V. (2003). *Bela, maternal e feminina: imagens da mulher na Revista Educação Física*. Editora Unijuí.

Goellner, S. V. (2005). Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história. *Pensar a prática. Goiânia. Vol. 8, n. 1 (jan./jun. 2005), p. 85-100.*

Haraway, D. (2004). "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos pagu*, (22), 201-246.

Kian, E. M., Bernstein, A., & McGuire, J. S. (2013). A major boost for gender equality or more of the same? The television coverage of female athletes at the 2012 London Olympic Games. *The Journal of Popular Television*, 1(1), 143-149.

Miranda, H. C & Silva, C. D. (2017). Nas linhas do Campo: A participação feminina em programas esportivos com comentaristas. In: 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba.

Moraes, C. F. (2017). As torcedoras querem torcer: tensões e negociações da presença das mulheres nas arquibancadas de futebol. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, Florianópolis.

Nascimento, M. L. (2020). Torcida, substantivo feminino: interações e relações de gênero nas torcidas do clássico Remo x Paysandu. 188f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal do Pará.

Santos, H. S. (2012). Entre torcedoras e esportistas: a presença feminina na revista ilustrada *Semana Sportiva* em Salvador nos anos 1920. *Saeculum: Revista de História*, 27, (jul./dez. 2012), p. 269-290.

Vimieiro, A. C. (2014). A produtividade digital dos torcedores de futebol brasileiros: formatos, motivações e abordagens. *Contracampo*, 31: 23-59.

Vimieiro, A. C. (2015). Football supporter cultures in modern-day Brazil: Hypercommodification, networked collectivism and digital productivity. Brisbane: Tese de doutorado – Faculdade de Indústrias Criativas, Queensland University of Technology.

Vimieiro, A. C. (2016). *O torcedor como produtor: por uma abordagem comunicacional das culturas esportivas*. Trabalho apresentado no GP de Comunicação e Esporte do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), São Paulo.

Vimieiro, A. C. (2017). Sports journalism, supporters and new technologies: Challenging the usual complicity between media and football institutions. *Digital Journalism*, 5.5: 567-586.

Vimieiro, A. C. (2018). The digital productivity of football supporters: Formats, motivations and styles. *Convergence*, 24(4), 374-390.